



Sistemas de formação de advogados na UE

Informações fornecidas pela: Solicitors Regulation Authority — SRA (Autoridade Reguladora dos Solicitadores)

DESCRIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO PARA ADVOGADOS em Inglaterra e no País de Gales

1. Acesso à profissão

Ensino superior / ensino universitário	SIM (os candidatos devem possuir um diploma elegível)
É obrigatório ter um diploma em Direito	NÃO
Passos para se tornar num advogado de pleno direito:	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão do curso competências profissionais (CPS) antes da admissão• Avaliação do candidato pela Law Society• Avaliação do candidato e admissão por uma sociedade de advogados• Conclusão de um período de tirocínio• Exame• Inscrição na Law Society de Inglaterra e do País de Gales <p>Vias de acesso:</p> <p>Diploma elegível em Direito + LPC (curso de prática jurídica) + contrato de formação de 2 anos</p> <p>Ou</p> <p>Outro diploma + GDL (curso de conversão de 1</p>

		<p>ano) + LPC + contrato de formação de 2 anos</p> <p>Todos os candidatos têm de realizar um LPC (curso de prática jurídica) + um contrato de formação de 2 anos (que pode ser celebrado com uma sociedade de advogados, um organismo público ou um departamento jurídico de uma empresa)</p>
Vias alternativas para a profissão:		<p>SIM.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem equivalente ao diploma • Vias de transferência de outras profissões (profissões jurídicas de outros países) <p>A admissão no LPC pode ocorrer através da profissão de jurista (ILEX), que envolve o estudo a tempo parcial + experiência, em vez da obtenção de uma licenciatura em Direito. Deste modo, os requisitos desta via de admissão são os mesmos, deste ponto em diante, que para os candidatos que são admitidos através das vias tradicionais.</p> <p>A via QLTS (via de transferência de advogados qualificados) — para todos os advogados qualificados — implica a realização de exames e o cumprimento dos requisitos de adequação</p>
<i>2. Formação durante o período de tirocínio</i>		
Existe um período de tirocínio?	SIM •	<p>Base jurídica:</p> <p>Normas de formação da SRA de 2011 http://www.sra.org.uk/students/lpc.page http://www.sra.org.uk/students/training-contract.page</p>
Obrigatório	SIM •	<p>Limite estabelecido: 3 anos (contrato de formação de 2 anos + cerca de 1 ano para o LPC) (podem ser deduzidos até 6 meses por experiência)</p>

		prévia equivalente)
Tipos de estruturas responsáveis pela organização da formação inicial		<ul style="list-style-type: none"> • escritórios de advogados particulares e departamentos jurídicos de empresas — possibilitam a segunda etapa do período de tirocínio, o contrato de trabalho (experiência no local de trabalho) • empresas públicas (por exemplo, órgãos governamentais nacionais e locais e departamentos jurídicos de empresas) — possibilitam a segunda etapa do período de tirocínio, o contrato de trabalho (experiência no local de trabalho) • Prestadores comerciais — estes prestadores são como as universidades privadas, especializando-se por vezes em qualificações profissionais. Terão acreditação académica da Autoridade de Avaliação de Qualificações do Reino Unido e acreditação da SRA (possibilitam a primeira etapa do período de tirocínio, o curso de prática jurídica) • Universidades (a primeira etapa do período de tirocínio, o curso de prática jurídica, é proporcionada pelas universidades)
Tipo de formação inicial		<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem supervisionada por um escritório particular • Formação jurídica baseada num programa específico comum a todos os advogados estagiários • Formação jurídica baseada num programa personalizado • Formação sobre competências profissionais não jurídicas • Formação sobre competências profissionais jurídicas
Exame de acesso/verificação antecedente ao período de tirocínio	SIM .	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de diploma • Teste de adequação <p>http://www.sra.org.uk/solicitors/handbook/suitabilitytest/content.page</p>

Programa definido durante o período de tirocínio	SIM .	No caso do LPC e durante o contrato de formação, deverão abordar-se 3 domínios distintos do direito, sendo que, pelo menos, um deles deverá ser um domínio do direito contencioso e não contencioso Resultados do LPC: http://www.sra.org.uk/documents/students/lpc/LPC-Outcomes-Sept2011.pdf
Características específicas em matéria de direito da UE e formação linguística:	NÃO	Contudo, antes de iniciarem o LPC, espera-se que os alunos possuam conhecimentos sobre: <ul style="list-style-type: none"> - As principais instituições da UE - fontes e interpretação da direito da UE - a relação entre o direito da União Europeia e o direito nacional - legislação e convenções dos direitos do homem relevantes <p>O direito da UE é lecionado e avaliado de forma incisiva ao longo do LPC, sempre que abrange o domínio do direito em causa</p>
O período de tirocínio divide-se em etapas diferentes	NÃO	
Avaliação / exame após o período de tirocínio	SIM.	<ul style="list-style-type: none"> • Exames escritos • Exames orais • os exames têm lugar durante a fase de LPC, o coordenador de estágio responsável valida a conclusão do período de contrato, sem que haja outros exames
<i>3. Sistema de formação contínua</i>		
Diferenciação entre formação contínua/formação especializada	SIM. Porém, a formação especializada pode igualmente contar para os requisitos do CPD (desenvolvimento profissional contínuo) e não é obrigatória, a menos que um <i>solicitor</i> (solicitador) pretenda desenvolver trabalho num domínio específico, tal como o direito penal.	

		<p>Atualmente, o direito penal é a única especialização disponível no sistema de formação de advogados ingleses.</p> <p>Base jurídica: Plano de garantia de qualidade da SRA para advogados (direito penal), regular a prática do Direito Penal em Inglaterra e no País de Gales.</p>
Obrigações em matéria de formação contínua	SIM .	<p>Obrigações de formação especializada, tal como estabelecido nos regulamentos internos da Law Society</p> <p>Base jurídica:</p> <p>Regulamentos que regem os requisitos de formação contínua para solicitadores em Inglaterra e no País de Gales:</p> <p>http://www.sra.org.uk/solicitors/cpd-accreditation.page</p> <p>http://www.sra.org.uk/solicitors/handbook/cpd/content.page</p>
Obrigações em matéria de formação especializada	SIM .	<p>Nunca existiram, porém esta questão está a tornar-se cada vez mais complexa. Existem principalmente qualificações especializadas não estatutárias que os solicitadores podem obter e que funcionam como marcas de qualidade — os clientes, como o governo e os bancos, utilizam cada vez mais estas creditações especializadas na seleção dos seus representantes. No entanto, mais recentemente (2013) foi lançada uma nova acreditação especializada obrigatória designada Plano de Avaliação da Qualidade para Advogados (QASA), que exige aos advogados que exerçam a sua atividade no domínio do direito penal que sejam detentores desta qualificação especial para poderem comparecer nos tribunais.</p>

Obrigações em matéria de aprendizagem de línguas estrangeiras	NÃO
Existem obrigações relativas ao conteúdo do direito da UE no que se refere à formação contínua/especializada?	NÃO

4. Sistemas de acreditação e prestadores de formação

Possibilidade de acreditação	<p>SIM, há possibilidade de acreditação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dos prestadores de formação nacionais • dos prestadores de formação de todos os Estados-Membros <p>Processo de acreditação</p> <p>Os prestadores que forneçam atividades de desenvolvimento profissional contínuo (CPD) pode tornar-se prestadores de CPD internos ou externos, desde que cumpram com os critérios de autorização e que sejam sujeitos a acompanhamento</p> <p>http://www.sra.org.uk/solicitors/cpd/training-companies.page</p>
Número de prestadores de formação que oferecem atividades de formação contínua	Mais de 50
Tipo de prestadores de formação que desenvolvem atividades de formação contínua acreditadas	<ul style="list-style-type: none"> • Law Society • Organização gerida ou instituída pela Ordem dos Advogados/Law Society (incluindo centros jurídicos ou grupos locais de advogados) • Prestador de formação comercial privado não acreditado • Prestador de formação sem fins lucrativos, público ou privado, não acreditado

Número de prestadores de formação que organizam formações de preparação para a especialização	Mais de 50	
Tipo de prestadores de formação que organizam atividades de formação no âmbito da preparação para a especialização	<ul style="list-style-type: none"> • Law Society • Organização gerida ou instituída pela Law Society (incluindo centros jurídicos ou grupos locais de advogados) • Prestador de formação comercial privado não acreditado • Prestador de formação sem fins lucrativos, público ou privado, não acreditado 	
Atividades e métodos		
Tipo de atividades de formação aceites ao abrigo das obrigações de formação contínua ou especializada	<ul style="list-style-type: none"> • Participar em sessões de formação presencial • Concluir sessões de formação à distância • Concluir módulos de aprendizagem eletrónica • Assistir a um <i>webinar</i> • Concluir atividades de aprendizagem mista • Participar em conferências de formação* • Participar em atividades de formação como formador ou professor • Redigir/publicar <p>25 % do requisito de formação contínua anual deve ser cumprido através de formação realizada junto de prestadores acreditados</p>	<p>Participar em atividades de formação realizadas noutrro Estado-Membro: Pode contar para o cumprimento das obrigações de formação contínua, contudo, tal está dependente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • de o prestador de formação ser acreditado no Estado-Membro do participante, antes do início da participação • do tipo de atividades

5. Supervisão das atividades de formação

Entidades envolvidas na supervisão de atividades de formação contínua	SIM.	Law Society
Processo de supervisão	Avaliação da <ul style="list-style-type: none"> • qualidade do conteúdo • qualidade dos métodos de formação 	
Entidades envolvidas na supervisão de atividades de formação com vista à especialização	SIM.	O QASA é supervisionado pela SRA, o Bar Standards Board e o Professional Institute of Legal Executives, cada um deles responsável pela gestão da norma comum para os advogados que exercem a sua atividade no domínio do direito penal, em nome dos seus membros/daqueles cuja atividade regulam.
Processo de supervisão	Avaliação da <ul style="list-style-type: none"> • qualidade do conteúdo • qualidade dos métodos de formação 	

Fonte: **Projeto piloto — Formação Judiciária Europeia «Lot 2 - Study on the state of play of lawyers training in EU law»** («Lote 2 — Estudo sobre a situação atual da formação de advogados em direito da UE»), realizado pelo **Conselho das Ordens de Advogados da União Europeia (CCBE)** e o **Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA)**